

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria, são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Tributação incidente sobre a venda de produtos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 1 e 3.17 às demonstrações contábeis, a Companhia tem como principal atividade o comércio varejista de produtos alimentícios, dentre eles os hortifrutigranjeiros. Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem isenção para fins de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS e são tributados à alíquota zero para fins de PIS e Cofins. No entanto, os demais produtos alimentícios comercializados possuem diferentes classificações fiscais e sofrem incidência de variadas alíquotas para tributação dos valores de venda pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Tal situação demanda bastante atenção por parte da administração da Companhia para parametrização da classificação fiscal de cada produto e respectivas alíquotas incidentes no sistema informatizado de controle por ela utilizado em suas operações.

Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.3 e 3.8 às demonstrações contábeis, uma das áreas das demonstrações contábeis que envolvem maior julgamento por parte da administração da Companhia é a seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, das taxas de depreciação a serem utilizadas nos cálculos.

Em função da necessidade de conhecimentos técnicos específicos sobre os bens existentes e por ser um assunto que poderia resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, a Companhia contratou empresa especializada de engenharia para avaliação da vida útil estimada de cada um dos grupos de bens e de contas do ativo imobilizado e emissão de laudo conclusivo sobre as avaliações realizadas.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto "Tributação incidente sobre a venda de produtos"

Em relação a este tema, envolvemos nossos especialistas tributários e avaliamos, através das tabelas de produtos extraídas do sistema informatizado de controle da Companhia, a classificação fiscal adotada para cada tipo de produtos, bem como as alíquotas definidas para cada um deles com vistas à tributação de ICMS e IPI. Adicionalmente, testamos a aderência das parametrizações verificando a tributação efetivamente calculada através dos documentos fiscais como notas fiscais de venda e cupons fiscais.

Nossos trabalhos revelaram que as parametrizações em sistema para classificação fiscal dos produtos e respectivas alíquotas para fins de ICMS e IPI sobre as vendas estão razoavelmente consistentes com o estabelecido pela legislação fiscal e tributadas.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto "Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado"

Obtivemos os laudos conclusivos preparados pelos especialistas contratados, confrontamos, em base de testes, as vidas úteis dos bens e respectivas taxas de depreciação com os percentuais para depreciação imputados no sistema de controle do ativo imobilizado individualizado por item e recalculamos os valores de depreciação apurados para o exercício de 2018.

De acordo com o resultado dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os encargos de depreciação do exercício foram apurados com base nas vidas úteis definidas no trabalho dos especialistas e foram adequadamente calculados.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 14 de maio de 2018, com ressalva sobre erros materiais referentes a exercícios anteriores, corrigidos durante o exercício de 2017, no montante líquido devedor de R\$ 14.717 mil, que foram lançados diretamente à conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, ao invés de apropriados nas demonstrações dos anos a que correspondiam mediante reapresentação das mesmas, conforme determinado pela NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Balancos patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e património líquido						
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.869	70.511	93.716	79.586	Fornecedores	13	68.285	52.710	87.270	76.974
Instrumentos financeiros derivativos ativo	5	53	81	53	81	Empréstimos e financiamentos	14	66.062	70.952	77.797	95.253
Contas a receber	6	58.930	51.502	72.745	63.357	Instrumentos financeiros derivativos	5	63	2.854	298	2.854
Estoques	7	68.477	50.568	83.777	61.477	Obrigações trabalhistas e sociais	15	25.060	20.559	31.891	25.428
Tributos a recuperar		8.619	2.439	9.731	2.687	Obrigações tributárias	16	8.130	12.964	10.575	14.162
Adiantamentos		0	(0)	2.553	1.647	Parcelamentos tributários		102	99	2.103	2.293
Outros ativos circulantes		2.432	536	2.778	930	Contas a pagar	17	7.662	5.186	8.603	10.018
		<u>188.380</u>	<u>175.637</u>	<u>265.354</u>	<u>209.765</u>	Contas a pagar - Imobilizado		5.723	2.906	7.376	-
						Dividendos a pagar		3.000	1.753	3.000	1.753
						Outros passivos circulantes		5	-	40	371
								<u>184.093</u>	<u>169.984</u>	<u>228.953</u>	<u>229.106</u>
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		621	554	834	742	Provisão para passivo a descoberto em controlada	10	-	10.436	-	-
Propriedade para investimentos	8	-	-	68.972	51.957	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	14	68.968	11.309	69.471	19.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.810	379	1.810	Parcelamentos tributários a longo prazo		494	591	5.016	5.807
Tributos a recuperar a longo prazo		2.255	1.725	2.770	1.869	Provisões	18	1.037	915	1.513	1.446
Partes relacionadas ativo	9	4.344	173	23.427	18.100	Contas a pagar a longo prazo		-	600	-	598
Outros ativos		25	127	25	127	Partes relacionadas passivo	9	6	9.513	2.006	3.260
		<u>7.245</u>	<u>4.389</u>	<u>96.408</u>	<u>74.605</u>			<u>70.504</u>	<u>33.363</u>	<u>78.006</u>	<u>30.162</u>
						Património líquido	19				
Investimentos em controladas	10	154.164	68.772	-	-	Capital social realizado		89.864	59.864	89.864	59.864
Imobilizado	11	95.948	61.946	130.243	76.198	Reservas de capital		79.094	57.500	87.500	57.500
Ativo biológico	12	-	-	6.142	6.142	Reservas de lucros		23.808	-	15.402	-
Intangível		1.625	1.561	3.269	3.220	Prejuízos acumulados		-	(8.406)	-	(8.406)
		<u>251.737</u>	<u>132.279</u>	<u>139.654</u>	<u>85.560</u>	Participação de não controladores		-	-	1.691	1.704
						Património líquido total		<u>192.766</u>	<u>108.958</u>	<u>194.457</u>	<u>110.662</u>
Total do ativo		<u>447.363</u>	<u>312.306</u>	<u>501.415</u>	<u>369.930</u>	Total do passivo e património líquido		<u>447.363</u>	<u>312.306</u>	<u>501.415</u>	<u>369.930</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações do resultado dos exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	20	954.554	770.986	1.165.667	885.187
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(570.106)	(451.713)	(685.328)	(518.446)
Lucro bruto		384.448	319.273	480.339	366.741
Despesa com vendas	21	(17.842)	(15.057)	(24.524)	(18.826)
Despesas gerais e administrativas	21	(124.363)	(105.899)	(159.965)	(124.491)
Despesas com pessoal	21	(191.527)	(158.510)	(234.524)	(179.679)
Equivalência patrimonial	10	6.120	(163)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas		311	7.918	747	10.054
Lucro antes do resultado financeiro		57.146	47.562	62.073	53.799
Resultado financeiro, líquido	22	(19.288)	(15.068)	(21.789)	(20.083)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.858	32.494	40.284	33.716
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(7.723)	(11.621)	(10.541)	(12.848)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	(2.609)	1.810	(2.229)	1.810
Lucro líquido do exercício		27.525	22.683	27.513	22.678
Atribuído a:					
Reversão juros sobre capital próprio		8.599	-	8.599	-
Participação dos não controladores		-	-	12	4
Lucro do exercício		36.124	22.683	36.124	22.682
Lucro por ação		0,60	0,38	0,61	0,38

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social			Reservas de Lucros			Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Subscrito	À integralizar	Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.704	-	1.704	-	-	-	-	1.704	-	1.704
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	1.708	1.708
Aumento de capital - 02 de maio de 2017	660	-	660	-	-	-	-	660	-	660
Subscrição de capital - 30 de novembro de 2017	125.000	(125.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital - 30 de novembro de 2017	-	56.691	56.691	56.691	-	-	-	113.381	-	113.381
Integralização de capital - 14 de dezembro de 2017	-	810	810	810	-	-	-	1.619	-	1.619
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(14.717)	(14.717)	-	(14.717)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.683	22.683	(4)	22.679
Destinação do lucro:										
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(16.373)	(16.373)	-	(16.373)
Absorção de prejuízos acumulados pelo lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	6.311	(6.311)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	127.364	(67.500)	59.864	57.500	-	-	(8.406)	108.958	1.704	110.661
Integralização de capital - referente a subscrição ocorrida em 30 de novembro de 2017	-	30.000	30.000	30.000	-	-	-	60.000	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	36.124	36.124	(12)	36.112
Destinação do lucro:										
Reversão dos juros sobre capital próprio debitado ao resultado	-	-	-	-	-	-	(8.599)	(8.599)	-	(8.599)
Absorção de prejuízos acumulados pelo lucro do exercício	-	-	-	(8.406)	8.406	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	1.377	-	(1.376)	-	-
Transferência do saldo remanescente do lucro do exercício para reserva	-	-	-	-	17.743	-	-	(17.743)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	(3.718)	-	-	(3.718)	-	(3.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	127.364	(37.500)	89.864	79.094	22.431	1.377	-	192.765	1.692	194.457

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	27.525	22.683	27.513	22.679
Reversão juros sobre capital próprio	8.599	-	8.599	-
Depreciação e amortização	5.650	7.560	7.865	9.168
Resultado da equivalência patrimonial	(6.120)	163	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	2.609	(1.810)	2.229	(1.810)
Alienação de ativo imobilizado	(23)	385	(23)	385
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	-	-	-	(1.142)
Ajuste a valor presente de ativos	-	-	-	1.334
Perdas na combinação de negócios sob controle comum	-	(1.783)	-	(1.783)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	122	(52)	67	423
Constituição (reversão) de provisão para perdas de estoque	(510)	(51)	(584)	77
Constituição (reversão) de PCLD	246	165	277	165
Provisão de despesas (receitas) financeiras	494	6.962	494	7.286
Provisão de instrumentos financeiros de derivativos	(319)	2.773	(84)	2.917
Geração de caixa bruta	38.273	36.995	46.354	39.700
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber de clientes	(7.674)	(23.945)	5.892	(21.876)
Estoques	(17.399)	(7.730)	(21.715)	(3.268)
Tributos a recuperar	(6.710)	(1.279)	(7.945)	(1.210)
Adiantamentos	-	-	(906)	(1.469)
Outros ativos circulantes e não circulante	(1.794)	(571)	(1.745)	(443)
Depósitos judiciais	(67)	(121)	(91)	(138)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	15.575	9.404	1.335	13.258
Obrigações trabalhistas e sociais	4.500	1.293	6.462	1.193
Obrigações tributárias	(1.790)	10.066	(544)	9.931
Contas a pagar	1.875	3.110	1.976	(19.624)
Partes relacionadas passivo	(9.507)	614	(1.973)	2.614
Outros passivos circulantes e não circulantes	5	(7)	(81)	1.031
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	15.288	27.829	27.019	19.698
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	(126.584)	(80.560)	(81.445)	(44.785)
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(36.876)	(27.097)	(58.551)	(22.005)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(22.894)	(22.771)
Aquisição de participação em controlada	-	(9)	-	(9)
Dividendos recebidos	-	250	-	-
Aumento de capital em controlada	(89.708)	(53.704)	-	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	90.654	119.936	68.554	93.586
Aporte de capital	30.000	57.500	30.000	57.500
Constituição de reserva de capital	30.000	57.500	30.000	57.500
Distribuição de dividendos / JCP	(11.070)	(18.042)	(11.070)	(27.536)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(14.717)
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	49.544	23.212	29.489	14.279
Partes relacionadas ativo	(3.884)	(173)	(5.040)	4.642
Tributos em atraso	(3.842)	-	(3.842)	-
Parcelamentos tributários	(94)	(61)	(983)	1.918
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(20.642)	67.205	14.127	68.499
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	70.511	3.304	79.589	11.088
No final do exercício	49.869	70.509	93.716	79.586
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(20.642)	67.205	14.127	68.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Grupo Fartura de Hortifrut S/A (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Campinas/SP. Foi constituída em 25 de março de 2002 e tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios.

Suas operações são desenvolvidas através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Goiás, distribuídas conforme segue:

Abertura das Unidades de Varejo (Consolidado) por Região

	31/12/2017	31/12/2018
São Paulo Capital	11	13
São Paulo Interior	17	19
Brasília	9	9
Goiânia	-	2
Total	<u>37</u>	<u>43</u>

1.1. Reestruturação societária:

a) Aquisição de controle do Oba Hortifruti

Em 02 de maio de 2017, a Companhia recebeu, através da cessão de quotas efetuadas pelos acionistas controladores, participação de 99,99% na empresa Oba Hortifruti - Comércio e Importação de Frutas Ltda. (“Oba Hortifruti”), passando a deter o controle sobre as atividades operacionais dessa empresa.

O Oba Hortifruti tem por atividade o comércio varejista de produtos alimentícios, com lojas em Brasília - Distrito Federal e Goiânia - GO.

b) Aquisição de controle da CR Alves

Em 17 de abril de 2017, a Companhia passou a deter o controle da CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”) e encerrou o exercício com uma participação de 98,69% das quotas de capital. A empresa tem sede na cidade de Limeira - São Paulo, tendo como atividade principal a compra, venda e locação de imóveis próprios.

c) Reestruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final, antes e depois da transação, permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma combinação de negócios sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2019.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as respectivas Normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que os aprovaram.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para credores de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos nas normas vigentes, abrangendo as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, listadas abaixo:

Investida	Participação sobre PL (%)	Controle	Data-base
Oba Hortifruti	99,99	Direto	31/12/2018
CR Alves	98,69	Direto	31/12/2018

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora. O processo de consolidação contempla os procedimentos previstos na legislação societária brasileira, a seguir descritos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

2.6. Moeda funcional e conversão cambial

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

As demonstrações contábeis são preparadas em Reais, que é a moeda funcional, e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado de acordo com o modelo de negócio adotado. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados e sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas na realização dos créditos, quando aplicável.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

3.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.6. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóveis da controlada CR Alves mantidos para valorização do capital, e são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao seu valor justo, deduzido dos custos de venda.

3.7. Investimentos em controladas

Investimento em empresa controlada é contabilizado ao custo, ajustado com base no método da equivalência patrimonial após a aquisição da participação societária, para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de equivalência patrimonial.

3.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada de forma linear, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

3.9. Redução do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.10. Ativo biológico

O ativo biológico corresponde à criação de gado da controlada CR Alves, avaliada pelo valor justo.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de encerramento de balanço.

3.11. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.14. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, da controladora e sua controlada Oba Hortifruti, são calculados com base na sistemática do Lucro Real, mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de maneira permanente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método das diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Na controlada CR Alves, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pela sistemática do Lucro Presumido. Nesta sistemática, o lucro tributável é calculado aplicando-se sobre a receita bruta de vendas as alíquotas de presunção definidas para a atividade da companhia, que é de 8%. Sobre o resultado foram aplicadas as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido para contribuição social sobre o lucro líquido.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Na prática, a receita é reconhecida mediante a transferência da propriedade da mercadoria para o cliente.

3.17. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	De 0% a 25%
Programa de integração social - PIS	1,65%
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7,60%
Impostos sobre produtos industrializados - IPI	De 0% a 20%
Imposto sobre serviços - ISS	5%

Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem isenção para o ICMS e alíquota zero para o PIS/COFINS.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas descritas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Leasings

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos da adoção

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. Os contratos de arrendamento relevantes que a Companhia possui são os de alugueis dos imóveis nos quais as lojas estão operando. Como, para referidos contratos, o prazo de uso é o mesmo de pagamento, não há expectativa de efeitos relevantes no patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2019, pela adoção inicial.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	1.433	1.095	43.415	1.363
Bancos conta movimento	7.354	1.320	10.214	2.456
Numerários em trânsito	220	995	220	995
Aplicações financeiras de liquidez imediata	40.862	67.101	39.867	74.772
	<u>49.869</u>	<u>70.511</u>	<u>93.716</u>	<u>79.586</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Derivativos por Banco

Instituição	Tipo de Contrato	Valor de	Valor Justo	Ganho/Perdas
		Referencia	31/12/2018	31/12/2018
		31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Itaú	Swap	8.093	8.328	(235)
BcoBrasil	Swap	33.306	33.253	53
Bradesco	Swap	8.081	8.144	(63)
		49.480	49.725	245
Controladora				
Ativo				53
Passivo				(63)
Líquido				(10)
Consolidado				
Ativo				53
Passivo				(298)
Líquido				(245)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Administradoras de cartão	52.589	45.997	69.455	60.295
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(313)	(79)	(325)	(79)
Duplicatas e cheques a receber	5.604	4.485	2.350	1.779
Outras contas a receber	1.050	1.099	1.265	1.230
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	132
	58.930	51.502	72.745	63.357

As operações com cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Companhia reconhece a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	58.469	40.931	73.103	51.381
Adiantamento para aquisição de estoques	6.168	6.895	6.174	7.389
Material de embalagem e uso e consumo	4.095	3.507	4.755	3.911
Estoques em trânsito	-	-	-	70
(-) Provisão para perdas de estoques	(255)	(765)	(255)	(1.274)
	<u>68.477</u>	<u>50.568</u>	<u>83.777</u>	<u>61.477</u>

8. Propriedades para investimento

	Consolidado	
	2018	2017
Fazenda Esmeralda (a)	33.959	33.113
Casa bairro Santa Genebra (b)	150	150
Imóvel Ribeirão Preto ©	16.423	16.383
Casa Riviera de São Lourenço (d)	2.333	2.311
Apto Campinas (e)	1.144	-
Terreno Alberto Sarmento (f)	8.570	-
Terreno Santo André (g)	6.393	-
	<u>68.972</u>	<u>51.957</u>

Abaixo estão listados os imóveis de propriedade da controlada CR Alves:

- Refere-se a três fazendas denominadas Esmeralda, Esmeralda II e Esmeralda III, totalizando uma área de 7.393,37 m² situadas no município de Bandeirantes do Tocantins, Comarca de Arapoema, no Estado do Tocantins, registrada no Cartório de Registro de imóveis, Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Tabelionato de Notas e de Protestos da Comarca de Arapoema, Estado do Tocantins. Nas Fazendas é explorada a atividade de pecuária.
- Refere-se a casa situada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. A casa possui 360 m² e está registrada no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP.
- Refere-se a um terreno situado na avenida Presidente Vargas, em Ribeirão Preto/SP. Perfaz uma área de 1.950,38 metros quadrados, devidamente matriculado junto ao 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP.
- Refere-se a um edifício com área de 525m² no loteamento denominado "Riviera de São Lourenço", registrado no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP.
- Referem-se aos apartamentos 84 da torre 01 (Acácia) e 34, da torre 02 (Ipê), com 02 garagens cada, do Condomínio Club Residencial Talip, situado na cidade de Campinas/SP, à Rua Luiz Otávio, 2245, Mansões Santo Antônio, Cidade de Campinas/SP.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

- (f) Refere-se ao imóvel situado à Rua Alberto Sarmento, na cidade de Campinas/SP, devidamente matriculado sob os n° 12.954 / 28.113 / 37.525 / 41.316 / 57.258 / 69.986 / 85.628 /131.446, todos registrados no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP.
- (g) Refere-se ao imóvel situado à Avenida Padre Manoel da Nobrega, na cidade de Santo André, devidamente matriculado sob o n° 105.517/58.330, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Santo André/SP.

9. Partes relacionadas (ativo e passivo)

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CRAL Empreendimentos e participações	-	-	10.084	10.086
Luiz Las Casas Alves	-	-	867	608
Alex Alves dos Santos de Brito	-	-	1.375	1.375
Carlos Roberto Alves	2.783	-	5.212	2.430
ARC Dia Comercio Varejista Ltda	-	-	2.359	2.359
Comercio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda	-	-	1.240	1.240
Global Guanabara Ilha Hortifrutli Ltda	-	-	4	4
Super Varejão Oba Lt-a - EPP	-	-	0	0
Raimundo Desiderio Alves Caetano	-	-	724	-
FCA Comercio de Alimentos Ltda	1.561	-	1.561	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda	-	-	-	-
Sevla Construtora e incorporadora Ltda	-	-	-	-
Admin Limeira Serv Admin Assessoria Ltda	-	-	-	-
Oba Hortifrutli	-	173	-	-
	<u>4.344</u>	<u>173</u>	<u>23.427</u>	<u>18.100</u>

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CRAL Empreendimentos e participações	-	552	-	552
Alex Alves dos Santos de Brito	-	1	-	1
Carlos Roberto Alves	-	-	-	-
ARC Dia Comercio Varejista Ltda	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda	-	3	-	3
Comercio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda	-	363	-	363
Raimundo Desiderio Alves Caetano	-	9	-	9
FCA Comercio de Alimentos Ltda	-	-	2.000	1.999
Jequitiba Comercial Agrícola Ltda	6	6	6	6
Sevla Construtora e incorporadora Ltda	-	-	-	-
Mooca Administração de Alugueis	-	147	-	147
Comercial KI Frutas Campinas Ltda Epp	-	180	-	180
Oba hortifrutli	-	8.252	-	-
	<u>6</u>	<u>9.513</u>	<u>2.006</u>	<u>3.260</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

10. Investimentos em controladas

	OBA Hortifruti	CR Alves	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Aquisição de participação no período	2.443	8	2.451
Ajustes de exercícios anteriores	(14.781)	(638)	(15.418)
Aumento de capital		69.577	69.577
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.141		
Resultado da equivalência patrimonial	11	(175)	(164)
Dividendos distribuídos	(250)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(10.436)</u>	<u>68.772</u>	<u>56.446</u>
Investimento em controlada	-	68.772	68.772
Provisão para passivo a descoberto em controlada	(10.436)	-	(10.436)
	<u>(10.436)</u>	<u>68.772</u>	<u>58.336</u>
	OBA Hortifruti	CR Alves	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(10.436)</u>	<u>68.772</u>	<u>58.336</u>
Aquisição de participação no período			-
Ajustes de exercícios anteriores			-
Aumento de capital	29.040	60.669	89.708
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	-
Resultado da equivalência patrimonial	7.100	-981	6.120
Dividendos distribuídos			-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>25.704</u>	<u>128.460</u>	<u>154.164</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

11. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

Controladora	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículo	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edificações	Consórcio	Remessa p/ entrega futura	Total
Custo	39.664	12.551	27.895	56.469	-	493	3.953	141.025
Depreciação acumulada	(10.168)	(7.470)	(16.869)	(10.570)	-	-	-	(45.077)
Saldo líquido em 31/12/2018	29.496	5.081	11.026	45.898	-	493	3.953	95.948
Saldo líquido em 31/12/2017	16.095	3.288	12.311	29.847	44	361	-	61.946
Adições	15.982	1.585	765	17.414	(41)	132	3.953	39.790
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2.581)	208	(2.050)	(1.362)	(3)	-	-	(5.788)
Saldo líquido em 31/12/2018	29.496	5.081	11.026	45.899	-	493	3.953	95.948

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado consolidado

Consolidado	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículo	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edificações	Consórcio	Remessa p/ entrega futura	Total
Custo	49.003	18.927	42.988	73.220	405	493	3.953	188.989
Depreciação acumulada	(11.970)	(11.607)	(23.022)	(12.147)	-	-	-	(58.746)
Saldo líquido em 31/12/2018	37.034	7.320	19.966	61.073	405	493	3.953	130.243
Saldo líquido em 31/12/2017	19.472	5.485	16.705	33.782	392	361	-	76.198
Adições	20.481	2.088	6.109	29.156	(41)	132	3.953	61.878
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2.920)	(254)	(2.850)	(1.864)	55	-	-	(7.834)
Saldo líquido em 31/12/2018	37.034	7.320	19.965	61.073	405	493	3.953	130.243

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por gado de corte, mantidos em uma propriedade rural da controlada CR Alves, avaliado à valor justo.

13. Fornecedores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	(68.285)	(52.710)	(86.181)	(76.265)
Fornecedores de serviços	-	-	(1.089)	(709)
	<u>(68.285)</u>	<u>(52.710)</u>	<u>(87.270)</u>	<u>(76.974)</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos (a.a.)	Controladora		Controlada		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
4.1.3.1	113% CDI a CDI + 2,83%	59.262	16.561	8.093	13.323	67.355	29.884
CDC	-	-	555	-	450	-	1.005
Consórcio	11,5% a 12,0%	545	444	-	-	545	444
FGPP	8,00% a 9,00%	9.271	-	3.328	-	12.600	-
Finame	4,50% a 13,05%	766	1.742	722	1.382	1.488	3.123
Finimp	-	-	13.666	-	-	-	13.666
Giro	CDI + 2,30% a CDI + 3,17%	13.769	47.801	-	16.887	13.769	64.689
Leasing	12,52% a 18,14%	1.189	1.492	94	-	1.283	1.492
Debêntures	CDI + 2,00%	50.228	-	-	-	50.228	-
		<u>135.030</u>	<u>82.261</u>	<u>12.237</u>	<u>32.042</u>	<u>147.268</u>	<u>114.303</u>
Circulante		66.062	70.952	11.734	24.301	77.797	95.254
Não Circulante		68.968	11.309	503	7.741	69.471	19.049
		<u>135.030</u>	<u>82.261</u>	<u>12.237</u>	<u>32.042</u>	<u>147.268</u>	<u>114.303</u>

A seguir, apresentamos os montantes a pagar de empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2018:

Controladora	Ano	Saldo a Pagar
	2019	66.062
	2020	39.374
	2021	17.094
	2022	12.500
	2023	--
	2024	-
		<u>135.030</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Consolidado		
	Ano	Saldo a Pagar
	2019	77.797
	2020	39.782
	2021	17.154
	2022	12.535
	2023	-
	2024	-
		<u>147.268</u>

As garantias às operações de crédito são, em sua maioria, os recebíveis de cartão de crédito, cartão de débito e tickets.

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e ordenados	(4.078)	(3.487)	(5.674)	(4.649)
INSS a recolher	(3.989)	(3.298)	(4.868)	(3.928)
FGTS a recolher	(1.153)	(1.017)	(1.624)	(1.371)
Outras obrigações	(2.118)	(786)	(2.759)	(890)
Provisão para férias e encargos sociais	(13.722)	(11.971)	(16.966)	(14.590)
	<u>(25.060)</u>	<u>(20.559)</u>	<u>(31.891)</u>	<u>(25.428)</u>

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica - IRPJ/CSLL	(3.202)	(8.140)	(4.370)	(8.467)
Programa de Integração Social - PIS	(912)	(177)	(912)	(197)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(13)	(776)	(13)	(870)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.621)	(2.529)	(3.628)	(3.206)
Impostos sobre Serviços - ISS	-	(74)	(76)	(74)
Imposto sobre Produto Industrializa-o - IPI	(74)	(509)	(74)	(509)
Outros tributos	(1.308)	(759)	(1.502)	(839)
	<u>(8.130)</u>	<u>(12.964)</u>	<u>(10.575)</u>	<u>(14.162)</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

17. Contas a pagar (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Utilidades	(745)	(530)	(753)	(532)
Alugueis	(3.366)	(2.231)	(4.037)	(2.897)
Outras contas a pagar	(3.551)	(3.025)	(3.813)	(7.187)
	<u>(7.662)</u>	<u>(5.786)</u>	<u>(8.603)</u>	<u>(10.616)</u>
Circulante	(7.662)	(5.186)	(8.603)	(10.018)
Não Circulante	-	(600)	-	(598)
	<u>(7.662)</u>	<u>(5.786)</u>	<u>(8.603)</u>	<u>(10.616)</u>

18. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas com probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões trabalhista	(980)	(915)	(980)	(915)
Provisões cíveis	(57)	-	(533)	(55)
Provisões tributárias	-	-	-	(476)
	<u>(1.037)</u>	<u>(915)</u>	<u>(1.513)</u>	<u>(1.446)</u>

Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fiscal	9.361	9.361	9.361	9.361
Cíveis	86	8	86	8
Trabalhista	1.230	1.567	1.300	1.567
	<u>10.677</u>	<u>-</u>	<u>10.747</u>	<u>10.936</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 127.364 parcialmente integralizado, representado por 3.166.409 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, dos quais R\$ 89.864 estão totalmente integralizadas e R\$ 37.500 à integralizar.

19.2. Reserva Legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

19.3. Dividendos

Conforme disposição estatutária, estão assegurados aos acionistas dividendos de no mínimo 25% do Lucro Líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

20. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas de mercadorias	1.003.757	828.272	1.231.880	952.267
Outras receitas	14.683	356	17.565	356
Receita bruta total	<u>1.018.440</u>	<u>828.628</u>	<u>1.249.445</u>	<u>952.623</u>
Deduções				
Impostos s/venda	(64.201)	(56.574)	(84.019)	(66.367)
Devoluções, Descontos e Bonificações	315	(1.068)	241	(1.069)
Receita operacional líquida	<u>954.554</u>	<u>770.986</u>	<u>1.165.667</u>	<u>885.187</u>

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Compra de mercadorias para revenda	(570.106)	(470.361)	(685.328)	(538.209)
Cartões e tickets	(10.507)	(8.883)	(13.666)	(10.668)
Utilidades e serviços	(17.497)	(12.583)	(21.888)	(14.403)
Manutenção e reparos	(5.495)	(6.789)	(6.584)	(8.732)
Material de uso e consumo	(23.707)	-	(30.155)	-
Ocupação	(42.969)	(33.835)	(54.950)	(39.523)
Outras despesas	(5.911)	(7.667)	(8.142)	(9.826)
Pessoal	(191.527)	(158.802)	(234.524)	(179.971)
Propaganda e publicidade	(7.335)	(6.288)	(10.859)	(8.149)
Serviços prestados	(14.677)	(12.120)	(18.492)	(13.762)
Transporte e fretes	(8.457)	(6.291)	(11.890)	(9.031)
Depreciação e amortização	(5.650)	(7.560)	(7.863)	(9.168)
	<u>(903.838)</u>	<u>(731.179)</u>	<u>(1.104.341)</u>	<u>(841.442)</u>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(570.106)	(451.713)	(685.328)	(518.446)
Despesa com vendas	(17.842)	(15.057)	(24.524)	(18.826)
Despesas gerais e administrativas	(124.363)	(105.899)	(159.965)	(124.491)
Despesas com pessoal	(191.527)	(158.510)	(234.524)	(179.679)
	<u>(903.838)</u>	<u>(731.179)</u>	<u>(1.104.341)</u>	<u>(841.442)</u>

22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.079	300	1.264	309
Variações cambiais positivas	1.926	594	2.048	887
Rendas em operações com derivativos	2.569	422	2.569	422
Rendimentos de aplicações financeiras	1.655	341	2.189	465
	<u>7.229</u>	<u>1.657</u>	<u>8.070</u>	<u>2.083</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1.620)	(1.559)	(2.173)	(1.804)
Variações cambiais	(5.664)	(2.155)	(7.260)	(2.154)
Juros passivos e multas de mora	(679)	(1.420)	(1.581)	(1.963)
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.165)	(7.187)	(7.220)	(11.841)
Antecipações de recebíveis	(263)	(675)	(263)	(675)
Despesas com derivativos	(2.527)	(3.729)	(2.763)	(3.729)
Juros sobre capital próprio	(8.599)	-	(8.599)	-
	<u>(26.517)</u>	<u>(16.725)</u>	<u>(29.859)</u>	<u>(22.166)</u>
	<u>(19.288)</u>	<u>(15.068)</u>	<u>(21.789)</u>	<u>(20.083)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

A seguir, demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos:

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

	SP		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do IRPJ/CSLL	34.874	17.770	44.067	20.520
Adições a base de cálculo	(6.604)	20.840	(6.647)	21.806
Exclusões a base de cálculo	(5.074)	(3.744)	(6.189)	-3.806
Base de cálculo para IRPJ/CSLL	23.196	34.866	31.231	38.520
Imposto de renda	5.636	8.483	7.683	9.384
Contribuição social	2.087	3.138	2.858	3.464
Imposto de renda e contribuição social	7.723	11.621	10.541	12.848
Alíquota efetiva	33,3%	33,3%	33,8%	33,4%

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	SP		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Base de cálculo para IRPJ/CSLL Diferidos	7.673	5.323	6.557	5.323
Imposto de renda diferido	1.918	1.331	1.639	1.331
Contribuição social diferida	691	479	590	479
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.609	1.810	2.229	1.810
Alíquota efetiva diferida	34%	34%	34%	34%
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos (+) passivo (-) ativo	799	1.810	420	1.810

24. Política de gestão de riscos

(a) Riscos de crédito

O risco de crédito é minimizado em virtude dos recebíveis da Companhia serem essencialmente junto às principais administradoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

(b) Riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(c) Riscos de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(d) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência da volatilidade da moeda estrangeira, porém a Companhia mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção (hedge) buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

25. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Importância Assegurada
Edificações, instalações e máquinas e equipamentos	Limite máximo de indenização 20.000.000,00
Incêndio, roubo e colisão para veículos	Cobertura total do veículo 100% FIPE
Responsabilidade civil	Danos materiais e corporais 200.000,00 100.000,00